

Poder Judiciário



Justiça do Trabalho
2ª. Região

Relatório Geral de 1957

JUIZ - PRESIDENTE: Dr. Hélio Tupinambá Fonseca

-Fl. 2-

Em, 14 de abril de 1.958

Por Decreto Federal de 25 de fevereiro de 1957, publicado em 7 de março, foram promovidos, para os cargos de Juiz Presidente das Juntas de Conciliação e Julgamento do Senhor Ministro Presidente.
Senhor Ministro Presidente.
Juiz Substituto Júlio de Araújo Franco Filho, Getúlio Bugno Magno, Getúlio Pupo Negreiros Filho, Alfredo da Oliveira Góis
tinho, Roberto Mário Rodrigues Martins, Rubens Ferrari e Henrique Querino de Moura. Por Cumprindo disposições legais, tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência o relatório do ano de 1957, desta Segunda Região da Justiça do Trabalho.

Constitui-se o mesmo das atividades desenvolvidas por seus órgãos judicantes de primeira instância, isto é, as dezenove Juntas de Conciliação e Julgamento da sede, as oito Juntas de Conciliação e Julgamento localizadas em cidades do interior do Estado de São Paulo, uma na capital do Estado do Paraná, uma na capital do Estado de Mato Grosso, demais Juízes investidos da magistratura trabalhista e do Tribunal Regional do Trabalho e seus órgãos auxiliares. ~~pois e~~ entraram no exercício de Ao fazê-lo, permitimo-nos congratular com Vossa Excelência pelos resultados altamente expressivos obtidos no exercício recém findo, pela Justiça do Trabalho da 2ª Região, a qual, seja pelo número de órgãos, seja pelo volume de processos atendidos é, sem dúvida, a maior parcela desse ramo do Judiciário.

As estatísticas da Justiça do Trabalho, que o Egrégio Tribunal, tendo nos cabido a tarefa de seu resultado para o biênio 1957-1959, assim como o Dr. Vice-Presidente, Juiz Hebrídio Negreiros,

- DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO -

I - EXPEDIENTE:- Aos 7 de março foi investido no cargo de Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de São Caetano do Sul o Juiz Bento Pupo Pesce, promovido do cargo de Juiz do Trabalho Substituto, por decreto federal de 27 de fevereiro de 1957, publicado no Diário Oficial da União de 1º de março de 1.957.

-Fl. 2-

Por decreto federal de 28 de fevereiro de 1957, publicado em 7 de março, foram promovidos, para os cargos de Juiz Presidente das Juntas de Conciliação e Julgamento de Sorocaba, Jundiaí, 2^a de Santos, Ribeirão Preto, Campinas, 1^a de Santos e Santo André, respectivamente, os Juízes de Trabalho Substitutos Júlio de Araujo Franco Filho, Octavio Bueno Magano, Octavio Pupo Nogueira Filho, Alfredo de Oliveira Coutinho, Roberto Mário Rodrigues Martins, Rubens Ferrari e Mauro Quaresma de Moura. Foram empossados esses novos juízes em oito de março de 1957, perante este Tribunal.

Para as vagas de Juiz do Trabalho Substituto abertas com as promoções mencionadas, pelo mesmo decreto federal de 28 de fevereiro, foram nomeados os Bachareis José Anchieta Falleiros, José de Barros Vieira Júnior, Aluízio Mendonça Sampaio, Wagner Drdla Giglio, José Victorio Fasanelli, Neusenice Azevedo Barreto, Reinaldo Prestes Nogueira e José Amorim, classificados no concurso realizado para esse fim.

Os novos titulares tomaram posse e entraram no exercício de suas atribuições em 11 de março de 1957, com exclusão do último que foi em 17 de abril, após ter-lhe sido concedida prorrogação de prazo para tanto.

Obedecendo prescrição legal, em sessão extraordinária de dois de setembro de 1957, realizaram-se as eleições para os cargos de Presidente e Vice-Presidente desse Egrégio Tribunal, tendo nos cabido a honra de ser reeleito para o biênio 1957-1959, assim como o Sr. Vice-Presidente, Juiz Nebrídio Negrairos. A posse e exercício para esse novo mandato deu-se aos 12 de setembro de 1.957.

Ocorrendo o prazo legal em 29 de janeiro, foram feitas as designações dos novos representantes classistas para as 1^a e 2^a Juntas de Conciliação e Julgamento

-Fl. 4-

-Fl. 3-

visa que o Tribunal já chegou no seu limite de rendimento, basta Santos, Jundiaí e Campinas e em 12 de março, 3, 4 e 22 de abril, as dos novos vogais das Juntas de Ribeirão Preto, São Caetano do Sul e renovados os das Juntas de Santo André e 7ª Junta da Capital, respectivamente nas datas citadas. Proces-sadas normalmente, não houve impugnação a ser apreciada.

III - MOVIMENTO DE PROCESSOS: - Conforme Vossa Excelência terá Gostava, parecendo-me mais apropriado de verificar, pelo quadro "Movimento Geral de Processos", o número de processos en-trados neste Tribunal foi de 3.434, o que representa sensível aumento sobre os entrados em 1.956. Aliás, já era esperado que assim acontecesse, tendo em vista que no ano de 1.957 en-traram em funcionamento 11 Juntas novas. É de se notar ainda, que a instalação dos novos pretórios irá apresentar sua real influência no movimento deste Regional no corrente ano, pois em 1.957 não funcionaram êles durante todo o ano.

Também foram 31 anulados, 120 devolvidos, 1200 remetidos para julgamento, 84 novos. Ainda o mesmo quadro nos mostra que o Tribunal recebeu do ano anterior 744 processos sem julga-mento, o que eleva a 4.178 processos o número dos casos pen-dentes de solução. Desses 4.178, 31 foram anulados por di-versas razões, baixando assim a 4.147 o número real de proces-sos a serem apreciados.

Tendo apreciado 2.681 processos, co-mo consta do mesmo quadro, passaram para o corrente exercício 1.466 pendentes de apreciação. Acrescente-se que o total de 2.681 processos apreciados sobe a um total geral de 2.736, se considerarmos 55 processos com mais de um julgamento.

Na apreciação, foram apreciados 63 pedidos de anulação, 2 agravos da Anulação em agravos de petição. É interessante ressaltar que no ano de 1.956 entraram 2.323 processos, ou seja, 1.111 a menos que no ano de 1.957 e passaram sem apreciar para o ano seguiente 744, ou seja, 722 a menos que no último exercício. Isto signi-

-Fl. 4-

fica que o Tribunal já chegou ao seu limite de rendimento, tanto que, quase todos os processos, entrados a mais, passaram sem apreciação para 1.958 e isso apesar de toda a boa vontade e todo esforço dos dignos Juízes. agravos de instrumento a 12 embargos e para o Colegiado Supremo Tribunal Federal 38 recursos extraordinários e 9 agravos. Estes dados estão a indicar a necessidade de medidas para o desafogo do Tribunal, seja pela criação de maior número de Juízes, seja pelo seu desdobramento em Câmaras, parecendo-nos mais acertada, por que de efeitos mais duradouros, esta segunda providência.

Na discriminação dos trabalhos efetuados (quadro anexo), vê-se que dos recursos ordinários apreciados, 2.047 tiveram um só recurso a julgar, que somados a 230 com dois a julgar, deu um total parcial de 2.277. Acrescido a esse número 29 julgados novamente tivemos um total geral de 2.306 processos de recursos ordinários decididos. Julgados também foram 51 dissídios coletivos, dos quais 5 com mais de um julgamento, 84 homologações de acordo, sendo 2 com mais de um julgamento. Ainda houve decisão de 3 revisões de dissídios, 2 extensões de dissídios, 16 conflitos de jurisdição, tendo 1 mais de um julgamento, 52 agravos de instrumento, 15 embargos declaratórios, 12 mandados de segurança, 2 impugnações de tempo de serviço, 2 impugnações de vogais, 1 exceção de incompetência, 1 reestruturação de cargos, 2 ações rescisórias, 6 recursos de agravos de petição, 176 agravos de petição, 2 agravos de instrumento em agravos de petição e 2 agravos de petição com acórdão.

trados para julgamento do Tribunal, não ideia do volume de trabalho desse quadro. Os serviços que lhe são afetos, com redução de competência exclusiva desta Presidência, foram apreciados 62 pedidos de correição, 2 agravos de instrumento em agravos de petição e 178 agravos de petição, tendo 2 destes sido submetidos à apreciação do Tribunal. Faz uma sub-divisão em reuniões para melhor desacoplagem dos trabalhos, a fim de se obter maior rendimento. No entanto, com o

-Fl. 5-
-Fl. 5-

número de 33 funcionários distribuídos pela Função Administrativa, Presidência, Protocolo. Das decisões proferidas foram interpostos para o E.Tribunal Superior do Trabalho 1.096 recursos de revista, 24 ordinários, 178 agravos de instrumento e 12 embargos e para o Colendo Supremo Tribunal Federal 28 recursos extraordinários e 9 agravos de instrumento.

A execução foram remetidos 2260 processos, sendo que 1.314 às Juntas da Capital, 423 às Juntas de fora da sede e 523 aos Juízos de Direito.

Ihes que exigem um pronto cumprimento.

Todos esses dados poderão ser melhor examinados nos quadros referentes ao Tribunal Regional do Trabalho, em anexo.

III - SECRETARIA DO TRIBUNAL: - Por motivo de afastamento, em

março, do Sr. Diretor da Secretaria, posto à disposição do Governo Federal para exercer funções junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, passou a Secretaria a ser dirigida pelo Secretário da Presidência, Domingos Manoel Escalera, antigo funcionário deste órgão.

A elevada capacidade de direção demonstrada, permitiu que suas complexas atribuições fossem levadas a bom término, revelando-se, assim, esse servidor altamente merecedor da confiança nele depositada.

a) - Seção de Processos: - Só o número de 3.434 processos entrados para julgamento do Tribunal, dão idéia do volume de trabalho dessa seção. Os serviços que lhe são afetos, com reduzido número de funcionários, embuidos do mais alto gráu de espírito público, procurou trazê-los em normal andamento. No entanto, apesar de todo o esforço está a exigir essa repartição uma radical reorganização. Necessário se faz uma sub-divisão em seções para melhor desempenho dos trabalhos, a fim de se obter maior rendimento. No entanto, com o

-Fl. 6-

número de 33 funcionários distribuídos pela Secção Administrativa, Presidência, Protocolo, Biblioteca e essa Secção de Processos, conclui-se, desde logo, ser impossível uma adaptação imediata às necessidades dos serviços. Mistér, pois, se faz, um aumento do quadro do pessoal e uma real compreensão por parte do Poder Público da situação aflitiva com que lutamos para poder trazer em dia nossas obrigações.

Sómente essa Secção expediu 4.133 notificações, para não se falar da complexidade dos demais trabalhos que exigem um pronto andamento. Feita a correção das deficiências de funcionários, pôde-se obter um resultado satisfatório, não sendo demais enaltecer a diligência e boa vontade de seus servidores que procuraram dar o máximo de sua produção.

b) - Secção Administrativa:- Para aquilatar do volume de trabalho que assoberbou essa secção no exercício findo diga-se desde logo, que houve sómente na parte de pessoal aumento de 144 funcionários, distribuídos pelas Juntas de Conciliação e Julgamento da Capital, São Caetano do Sul e Santos, importando em trabalho de lavratura de atos e târmos referentes a sua movimentação.

Também, a instalação das novas Juntas da Capital, São Caetano do Sul e Ribeirão Preto impôs um sensível aumento de serviço, uma vez que foi essa secção encarregada de todas as providências necessárias ao funcionamento dos novos órgãos. O fato de terem essas Juntas entrado em funcionamento nos prazos pré-fixados, sem atropelos e na melhor forma possível atesta a eficiência do trabalho processado.

Como consequência, ainda, da criação das novas 9 Juntas da Capital, foi necessário mudar todos os

-Fl. 7-

Órgãos da Justiça do Trabalho aqui sediados para novo prédio. Também das providências para essa mudança se incumbiu a Secção Administrativa tendo, mais uma vez, demonstrado seus funcionários seu zêlo funcional, uma vez que tudo decorreu na maior ordem.

Ainda como serviço fora da rotina, realizamos em 1957 um concurso para provimento dos cargos da classe inicial da carreira de Auxiliar Judiciário, até então ocupados por interinos. Inscreveram-se 72 candidatos submetidos às provas na sede d'este Tribunal e, por delegação, nas sedes das Juntas de Conciliação e Julgamento de Curitiba e Cuiabá. Feita a correção das provas neste Tribunal, verificou-se terem sido aprovados 50 candidatos, não tendo um comparecido e tendo sido reprovados 21. Os candidatos aprovados, foram em seguida nomeados, estando, todo esse trabalho afeto á Secção Administrativa.

A mesma Secção incumbe a realização de todos os serviços de protocolo, desde o recebimento e protocolamento de papéis e processos, autuação, confecção de fichas e sua manutenção em dia, até as informações ao público e demais órgãos e a remessa de papéis e autos. É bem de ver, que uma secção com as atribuições tão variadas, não deve ficar ainda sobrecarregada d'estes serviços, impondo-se o seu desdobramento em novas secções.

O protocolo recebeu, durante o ano, 6.044 papéis e mais 3.434 preceasos, que representou um aumento de 1.556 papéis e 1.111 processos, sobre o movimento de 1.956.

balho, com 89 reclamantes e 2 do Departamento Jurídico da justiça, com 2 reclamantes. Peço licença a Vossa Excelência, para mais uma vez consignar os maiores encômios a funcionários da Secretaria do Tribunal, desta vez aos onze que compõem a caben 2.594 processos e 1.771, em 3.362 reclamações. Desse número coube a maior parte às reclamações

-Fl. 8-

Secção Administrativa, pois a êles se deve, em grande parte, o bom êxito de nossas atividades.

IV = DISTRIBUIÇÃO:-

Observando-se o quadro anterior, observa-se um crescimento de 776 processos recebidos e que já re-
a) - Sede:- Pelo gráfico de fls., observa-se que o movimento da Distribuição cresce de ano para ano na sede da Justiça do Trabalho da 2ª Região. Do total de 222.193 reclamações entradas e distribuídas desde 3 de maio de 1941, data do início do funcionamento desta Justiça, até 31 de dezembro de 1957, isto é, 17 anos, 29.962 couberam ao último exercício. Considerando-se os dez últimos anos, observa-se que de 1947 (9.636 reclamações entradas) até 1957 (29.962 reclamações entradas) o número triplicou, numa graduação geométricamente ascendente. Considerese, ainda, que 29.962 representa o número de processos, num total de 43.783 reclamantes em 1.957.

Assim, o movimento dessa repartição na sede, é notavelmente apreciável. Graças aos esforços e espírito de colaboração de seus funcionários, foi mantido o ritmo normal dos trabalhos, conservados em dia um dos principais serviços, que é o dos fichários de reclamante e reclamado, trabalho verdadeiramente exaustivo, tendo-se em vista que houve no exercício findo para mais de 4.923 reclamações que no ano de 1.956.

As verbais coube o maior número de processos, num total de 19.695 com 22.359 reclamantes. Em seguida vêm as reclamações escritas num total de 9.346, com 19.681 reclamantes, depois Cartas Precatórias num total de 831, com 1.652 reclamantes, 88 processos da Procuradoria Regional do Trabalho, com 89 reclamantes e 2 do Departamento Jurídico do Estado, com 2 reclamantes.

b) - Santos:- A distribuição nessa cidade onde há 2 Juntas, recebeu 2.594 processos em 1.957, com 3.362 reclamantes. Desse número coube também a maior parte às reclamações

-Fl. 9-

verbais e em seguida às escritas.

Em 1957, publicada a 29, mais 9 Juntas de Conciliação e Julgamento na sede. Cotejando-se com o ano anterior, observa-se um acréscimo de 776 processos recebidos o que já representa um aumento apreciável no movimento judiciário nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Santos.

V - CONTADORIA: Em virtude do aumento de 9 Juntas na sede desta Justiça, grande foi o movimento da Contadoria. Como se vê do quadro anexo, recebeu essa repartição pertinho de 1.000 processos, subindo de Cr\$ 18.172.000,00 em 1956 para Cr\$ 29.142.234,30 em 1957 o valor das condenações calculadas e de Cr\$ 424.300,00 para Cr\$ 929.545,00 das custas processuais.

Devido ao grande número de pretórios que se movimentam com essa secção, mistér se fez, uma readaptação do serviço, ampliando-se o número de funcionários sob a direção do Sr. Contador.

VI - BIBLIOTECA: Instalada no novo prédio da sede, continua a Biblioteca a atender grande número de consultentes que a ela recorrem. Conta a mesma para mais de 1.000 volumes, versando principalmente sobre matéria trabalhista.

VII - ARQUIVO: Nas novas instalações recebeu o arquivo uma completa remodelação na sua organização, a fim de poder receber os inúmeros processos que dão baixa das 19 Juntas de Conciliação e Julgamento da sede. Conta o mesmo no exercício findo um montante de 350.000 autos. Requer essa reparação, um trabalho estafante de seus servidores que não pouparam esforços em manter plenamente em dia suas tarefas.

Base composta resultado das 29 Juntas de Conciliação e Julgamento das 19 Juntas de Conciliação e Julgamento da sede.

- DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO -

- Fl.10 -

I - SEDE: Criadas pela Lei nº 2.694, de 24 de dezembro de 1955, publicada a 29, mais 9 Juntas de Conciliação e Julgamento na sede da Justiça do Trabalho da 2ª Região, exigiu sua instalação novo prédio. Começaram as 11ª a 19ª Juntas da Capital a funcionar em 2 de janeiro de 1957, quando então passaram a receber normalmente a distribuição das reclamações, sendo que as audiências sómente puderam ter início em 15 de janeiro.

II - INTERIOR DO ESTADO: Entretanto, a partir de 23 de janeiro e durante 3 meses a Distribuição passou a ser feita apenas para essas novas Juntas, sustada a das demais, por necessidade de se aumentar o número dos processos postos diariamente em pauta. De Três Corações e São Gotardo do Sul vieram integrar a comissão desses prédrios de 1957. O movimento das 19 Juntas da sede pode ser apreciado nos quadros anexos, cujos números falam por si dos resultados alcançados.

III - DISTRIBUIÇÃO: Num esboço, mencionaremos que, nesta Região entraram 40.088 processos em 1957, sendo que às Juntas da sede coube um total de 29.962, ou seja aproximadamente 30 mil reclamações com 43.783 reclamantes.

IV - SOLUÇÃO: Acrescentados aos novos processos os que de anos anteriores, ficaram por solucionar, contaram êsses tribunais de primeira instância da Capital do Estado, com 41.695 processos pendentes de julgamento, abrangendo a soma de 72.171 reclamantes. Desse montante, foram solucionados 34.280 processos, com 51.523 reclamantes, significando em média, 82,9% de reclamações encerradas definitivamente.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS: Esse auspicioso resultado deve-se tão sómente aos seus dignos magistrados, titulares e substitutos, do mesmo modo, criando um quadro de servidores. Assim, permane-

-Fl. 11-

que na mais alta compreensão de seus deveres, tudo fizeram para, sem embargo de sacrifícios, dar cabo de sua elevada missão, auxiliados por não menos dignos vogais e funcionários cujo zêlo e colaboração permitiram esse índice apreciável.

A discriminação das decisões proferidas, e demais andamento dos processos poderão ser examinados nos quadros anexos.

II - INTERIOR DO ESTADO:- Funcionam nas diversas comarcas do Estado de São Paulo as Juntas de Conciliação e Julgamento de Campinas, Jundiaí, 1^a e 2^a de Santos, Sorocaba, e Santo André. No exercício de 1957 mais as de Ribeirão Preto e São Caetano do Sul vieram integrar a constelação desses pretórios do interior do Estado.

Empossados os Juízes das novas Juntas e providenciadas suas instalações, começaram suas atividades. A de Ribeirão Preto a 19 de março e a de São Caetano do Sul a 17 de abril. Logo a seguir, principiaram suas audiências conseguindo ambas até o fim do ano um resultado plenamente satisfatório.

A Junta de Ribeirão Preto, porém, não conta até o momento com o seu quadro de funcionários, eis que, apesar de ingentes esforços deste Tribunal não foi o mesmo devidamente criado pelos Poderes competentes. Assim, fomos obrigados a deslocar funcionários lotados em São Paulo para servir naquela cidade, embora com prejuízo do quadro de outras Juntas e mesmo pessoais.

Embora existindo desde 15 de outubro de 1953, a 2^a Junta de Conciliação e Julgamento de Santos, sómente a 19 de dezembro de 1957 foi publicada a Lei 3.343 de 14 do mesmo mês, criando seu quadro de servidores. Assim, apenas

-Fl. 12-

no fim do exercício puderam ser providenciadas as nomeações, normalizando-se, efetivamente, a situação no presente ano. Não podemos, pois, deixar de consignar louvores ao M. Juiz Presidente e Srs. Vogais dessa Junta, que num afã denodado ainda conseguiram levar avante sua árdua tarefa, auxiliados apenas por dois ou três funcionários cedidos por outra Junta.

III - OUTROS ESTADOS: - As Juntas de Conciliação e Julgamento de Curitiba, Estado do Paraná e Cuiabá, Estado do Mato Grosso, pertencentes à 2ª Região demoraram também aumento de reclamatórias.

É de se notar que a Junta de Curitiba recebeu no ano findo 1.761 processos, número esse bem superior aos de cada uma das primeiras Juntas da Capital. Acrecentados aos 228 processos entrados em 1956 que passaram para o ano de 1957 perfaz a soma de 1.989 por julgar, com um total de 2.299 reclamantes. Dessa soma, lograram solução definitiva 1.821 processos, com 1.973 reclamantes, passando para o ano corrente sómente 168 processos por julgar.

Esse resultado é na verdade, dos mais elogiosos considerando-se o índice alcançado de 91% de casos resolvidos. Ao seu ilustre Presidente, dignos Vogais e dedicados servidores, expressamos os maiores elogiosos. Recíprocamente.

- DOS JUÍZES DE DIREITO -

Vossa Excelência o Sr. Presidente Investidos nas funções de magistrados do Trabalho, em comarcas onde não há Juntas de Conciliação e Julgamento, tiveram os Juízos de Direito da Região grande movimento de reclamações, apreciado através do número de recursos ao Tribunal Regional.

-Fl. 13-

Ocorre, naturalmente, nesses pretórios, um aumento de processos trabalhistas, em virtude do mesmo fenômeno econômico-social que sobrecarrega os especializados, fazendo-se necessário a criação de mais Juntas, principalmente em Comarcas da Região, onde se concentram grandes indústrias.

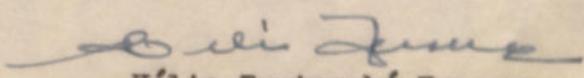
A fim de não prejudicar nesse setor, o andamento judiciário comum, enviamos ao Congresso Nacional, mensagem pedindo a criação de novas Juntas, em cidades flagrantemente prósperas como Araraquara, São Carlos, Taubaté, Piracicaba e outras.

Esperamos, para breve, sejam atendidos os reclamos da Justiça do Trabalho, com a criação dos novos órgãos, deixando aos insignes Juízes de Direito das Comarcas tão somente a não menos espinhosa tarefa de distribuir o Direito e a Justiça nos demais campos da vida humana.

São êsses, Senhor Ministro Presidente, os fatos dignos de menção ocorridos na Justiça do Trabalho da 2ª Região, a que tive a honra de presidir, durante o ano de 1.957.

Os dados reunidos pela Secretaria do Tribunal, constantes dos quadros anexos, completam êsses esclarecimentos.

Congratulamo-nos mais uma vez com Vossa Excelência e toda a família trabalhista, pelo alto grau de rendimento alcançado, esperando no corrente exercício prosseguir, na nobre missão de procurar realizar a paz social para o engrandecimento da Pátria.


Hélio Tupinambá Fonseca
Presidente

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2^a REGIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

= MOVIMENTO GERAL DE PROCESSOS EM 1.957 =

· E S P É C I E S	Por apreciar em 31-12-56	Entrados em 1.957	TOTAL -	Anulados -	TOTAL -	Apreciados em 1.957	Por apreciar em 1957
Recursos	695	2.868	3.563	3	3.560	2.277	1.283
Dissídios	8	92	100	18	82	46	36
Revisões	-	5	5	1	4	3	1
Extensões	-	3	3	1	2	2	-
Homologação de acordos	1	104	105	5	100	82	18
Agravos de instrumento	10	81	91	-	91	52	39
Mandados de segurança	4	13	17	-	17	12	5
Conflitos	5	18	23	-	23	16	7
Restruturações de cargos	-	4	4	3	1	1	-
Impugnação de Vogal	-	2	2	-	2	2	-
Exceções de incompetência	-	1	1	-	1	1	-
Impugnação de tempo de serviço	-	3	3	-	3	2	1
Ação rescisória	-	2	2	-	2	1	1
Impugnação de promoção	-	1	1	-	1	-	1
Recursos de agravo de petição	-	6	6	-	6	6	-
Aplicação de penalidade	-	1	1	-	1	-	1
Agravos de petição	20	224	244	-	244	176	68 ■
Agravos de instrumento em agravo de petição	1	6	7	-	7	2	5
Embargos declaratórios e processos julgados novamente	-	-	-	-	-	53	-
Agravos de petição com acordão	-	-	-	-	-	2	-
T O T A I S	744	3.434	4.178	31	4.147	2.736	1.466

■ 3 em diligência.

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

= DISCRIMINAÇÃO DOS TRABALHOS EFETUADOS EM 1.957 =

ESPECIES	E	DECISÕES		Sub - Total	. T O T A L .
a)- RESUMOS		1 - Audiências do Presidente 2 - Sessões realizadas 3 - Processos recebidos 4 - Entrados em pauta 5 - Desistências homologadas 6 - Incompetência da J.T. 7 - Convertidos em diligência 8 - Adiamentos	71 142 2.434 2.405 18 3 55 268		
				2.736	2.736
b)- RECURSOS ORDINÁRIOS .		1 - Providos 2 - Providos em parte 3 - Não providos 4 - Anulados (prov.nulo) 5 - Não conhecidos 6 - Desistências homologadas 7 - Levantados conflitos (S.T.F.) 8 - Determinada a baixa 9 - Incompetência da J.T. 10- Processos com dois recursos	426 254 1.142 58 172 16 3 3 2 230		2.306
c) -DISSÍDIOS COLETIVOS		1 - Acôrdos homologados 2 - Procedentes 3 - Procedentes em parte 4 - Anulados 5 - Desistências homologadas 6 - Não conhecidos	22 13 13 1 1 1		51
d)- HOMOLOGAÇÃO DE ACORDOS		1 - Acôrdos homologados 2 - Não homologados 3 - Procedentes	78 5 1		84
e)- REVISÕES DE DISSÍDIOS .		1 - Acôrdos homologados 2 - Procedentes 3 - Procedentes em parte	1 1 1		3
f)- EXTENSÕES DE DISSÍDIOS		1 - Acôrdos homologados 2 - Improcedentes	1 1		2
g)- CONFLITOS DE JURISDIÇÃO		1 - Procedentes 2 - Não conhecidos 3 - Incompetência da J.T.	10 6 1		17
h)- AGRAVOS DE INSTRUMENTO		1 - Providos 2 - Não providos 3 - Não conhecidos	10 37 5		52
i)- EMBARGOS DECLARATÓRIOS		1 - Providos em recurso 2 - Conhecidos em recurso 3 - Não conhecidos em recurso 4 - Não providos em recurso 5 - Não providos em dissídio 6 - Acolhidos em dissídio	5 3 2 2 2 1		15
j)- OUTROS JULGAMENTOS		1 - Mandados de segurança 2 - Impugnação de tempo de serviço 3 - Impugnações de Vogais 4 - Exceções de incompetência 5 - Reestruturação de cargos 6 - Ações rescisórias 7 - Recursos de agravos de petição 8 - Agravos de petição 9 - Agravio de instrumento em agravio de petição 10- Agravos de petição com acórdão	12 2 2 1 1 2 6 176 2 2		206
					2.736

Observações: - Foram anulados em 1.957: 3 recursos; 19 dissídios; 1 revisão de dissídio; 1 extensão de dissídio; 5 homologações de acôrdos e, 3 reestruturações de cargos.

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2^a REGIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
MOVIMENTO DAS DECISÕES - (EMPREGADOR E EMPREGADO)

<u>= I - RECURSOS =</u>				
DECISÕES	. Empregador. Empregado .		. Sub-Total .	TOTAL.
a) Providos Providos (julgados novamente)	275 2	146 3	-	426
b) Providos em parte Providos em parte (julgados novamente)	189 2	59 4	-	254
c) Não providos Não providos (julgados novamente)	678 6	451 7	-	1.142
d) Anulados (provimento nulo)	42	16	-	58
e) Não conhecidos Não conhecidos (julgados novamente)	105 1	66 -	-	172
f) Desistências homologadas Desistências homologadas (julg.novamente)	-	-	15 1	16
g) Levantado conflito (S.T.F.) Levantado conflito (S.T.F.)(julg.nov.)	-	-	1 2	3
h) Determinada a baixa Determinada a baixa (julg. novamente)	-	-	2 1	3
i) Incompetência da J.T.	-	-	2	2
j) Processos com dois recursos:				
1 - Providos	53	47	-	
2 - Providos em parte	29	29	-	
3 - Não providos	127	133	-	
4 - Não conhecidos	17	17	-	
5 - Provimento nulo	3	3	-	
6 - Desistências homologadas	1	1	-	
TOTAL DE RECURSOS JULGADOS				<u>2.306</u>
<u>= II - DISSÍDIOS COLETIVOS =</u>				
a) Homologados Homologados (julgados novamente)	-	20 2	-	22
b) Procedentes Procedentes (julgados novamente)	1 -	11 1	-	13
c) Procedentes em parte Procedentes em parte (julgados novamente)	-	11 2	-	13
d) Anulados (provimento nulo)	-	1	-	1
e) Homologada desistência	-	-	1	1
f) Não conhecidos	-	1	-	1
				<u>51</u>
<u>= III - HOMOLOGAÇÕES DE ACÓRDOS =</u>				
a) Homologados Homologados (julgados novamente)	22 -	55 1	-	78
b) Não homologados	1	4	-	5
c) Procedente (julgados novamente)	-	1	-	1
				<u>84</u>
<u>= IV - CONFLITOS DE JURISDIÇÃO =</u>				
a) Procedentes	-	-	10	10
b) Incompetência da J.T.	-	-	1	1
c) Não conhecidos Não conhecidos (julgados novamente)	-	-	5 1	6
				<u>17</u>
<u>= V - AGRAVOS DE INSTRUMENTO =</u>				
a) Não providos	30	7	-	37
b) Providos	8	2	-	10
c) Não conhecidos	3	2	-	5
				<u>52</u>

= VI - EMBARGOS DECLARATÓRIOS =

D E C I S Õ E S	. Empregador .	Empregado .	. Sub-Total .	T O T A L .
a) Providos em recurso	-	5	-	5
b) Não conhecidos em recurso	1	1	-	2
c) Não providos em recurso	-	2	-	2
d) Não providos em dissídio	-	2	-	2
e) Conhecidos em recurso	-	3	-	-
f) Aceitos em dissídio	-	1	-	1
				<u>15</u>

= VII - REVISÕES DE DISSÍDIOS =

a) Homologados	-	1	-	1
b) Procedentes	-	1	-	1
c) Procedentes em parte	-	1	-	1
				<u>3</u>

= VIII - EXTENSÕES DE DISSÍDIOS =

a) Homologados	-	1	-	1
b) Improcedentes	-	1	-	1

= IX - OUTROS JULGAMENTOS =

a) Mandados de segurança	-	-	12	12
b) Impugnação de tempo de serviço	-	-	2	2
c) Impugnação de Vogais	-	-	2	2
d) Exceção de incompetência	-	-	1	1
e) Reestruturação de cargo	-	-	1	1
f) Ação rescisória	-	-	1	1
g) Ação rescisória (julgados novamente)	-	-	1	1
g) Recursos de agravo de petição	-	-	6	6
				<u>26</u>

= X - AGRAVOS DE PETIÇÃO =

a) Não providos	68	16	-	84
b) Providos	21	19	-	40
c) Providos em parte	7	2	-	9
d) Não conhecidos	40	2	-	42
e) Anulados (provimento nulo)	1	-	-	1
				<u>176</u>

= XI - AGRAVOS DE INSTRUMENTO EM AGRAVOS DE PETIÇÃO =

a) Providos	1	-	-	1
b) Não providos	1	-	-	1

= XII - AGRAVOS DE PETIÇÃO COM ACÓRDÃOS =

a) Não providos	1	-	-	1
b) Não conhecidos	1	-	-	1

R E S U M O

Total I	2.306
Total II	51
Total III	84
Total IV	17
Total V	52
Total VI	15
Total VII	3
Total VIII	2
Total IX	26
Total X	176
Total XI	2
Total XII	2
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS EM 1.957		<u>2.736</u>

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2^a REGIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

= CONFLITOS DE JURISDIÇÃO - ESPECIFICAÇÃO DAS PARTES =

MOVIMENTO	JUNTAS X JUNTAS	JUÍZES X JUÍZES	JUÍZES X JUNTAS	JULG; NOVAMENTE	TOTAL
Por apreciar em 31 de dezembro de 1956	2	2	1	-	5
Entrados	7	9	2	-	18
Apreciados em 1.957	6	9	1	1	17
Por apreciar em 1.957	3	2	2	-	7

= PROCESSOS POR JULGAR (DEZEMBRO) E MOVIMENTO COM A PROCURADORIA =

E S P É C I E	P R O C U R A D O R I A			Com os Juízes	Em pauta	Aguard. pauta	Em dilig.	Aguard. dist.	Em inst.	Aguard. desp.	TOTAL
	Em De-zembro	Devolv..	P/devolver em 31.12.57.								
Recursos	543	130	413	593	30	94	15	138	-	-	1.283
Dissídios	15	10	5	4	-	-	3	-	24	-	36
Extensões	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Revisões	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Homologações	28	27	1	1	-	-	-	-	16	-	18
Agrav.Instrum.	15	4	11	16	4	2	-	6	-	-	39
Conflitos	3	3	-	6	1	-	-	-	-	-	5
Mand.Segurança	-	-	-	4	-	-	1	-	-	-	5
Ação rescisória	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Impug.tempo serv.	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Impug.promoção	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Aplic.penalidade	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Agrav.petição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68	68
Agrav.instrumento em agrav.petição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
T O T A L	606	175	431	627	35	96	19	145	40	73	1.466

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2^a REGIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

- RECURSOS DAS DECISÕES DO T.R.T. - REVISTAS E ORDINÁRIOS -

E S P E C I E S	RECURSOS DE REVISTA						RECURSOS ORDINÁRIOS					
	P/rem. em 31- 12-56	Entra- dos	Não recebidos	TOTAL	Remet. em 1.957	Por remeter	P/rem. em 31- 12-56	Entra- dos	TOTAL	Remet. em 1.957	Por remeter	
Recursos	225	1.074	163	1.136	673	463	-	-	-	-	-	
Agravos instrumento	-	13	2	11	5	6	-	-	-	-	-	
Dissídios coletivos	-	-	-	-	-	-	2	20	22	15	7	
Mandados de segurança	-	2	-	2	2	-	-	1	1	1	-	
Impugnação de Vogal	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	
Ação rescisória	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	
Conflitos	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
Revisão de dissídio	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	
Agravos de petição	-	4	4	-	-	-	-	-	-	-	-	
Homologação de acordos	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	-	
T O T A L	225	1.096	170	1.151	682	469	2	24	26	19	7	

- RECURSOS DAS DECISÕES DO T.R.T. - AGRAVOS DE INSTRUMENTO E EMBARGOS -

E S P E C I E S	AGRAVOS DE INSTRUMENTO						E M B A R G O S					
	P/rem. em 31- 12-56	Entra- dos	Não recebidos	TOTAL	Remet. em 1.957	Por remeter	Por apreciar em 1.956	Entra- dos	TOTAL	Aprecia- dos em 1.957	Por apreciar	
Recursos	17	176	12	181	139	42	2	9	11	11	-	
Agravos de instrumento	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	
Dissídios coletivos	-	-	-	-	-	-	-	3	3	2	1	
Conflitos	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	
T O T A L	17	178	12	183	141	42	2	12	14	13	1	

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2^a REGIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

= RECURSOS ENVIADOS AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL =

E S P E C I E S	RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS						AGRAVOS DE INSTRUMENTO					
	P/rem. em 31- 12-56	Entra- dos	Não re- cebidos	TOTAL	Remet. em 1.957	P/reme- ter em 1.957	P/rem. em 31- 12-56	Entra- dos	Não rece- bidos	TOTAL	Remet. em 1.957	P/rem. em 1.957
Agrav.Petição	8	27	12	23	8	15	2	9	1	10	9	1
Conflitos de Ju- risdição	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L	8	28	12	24	9	15	2	9	1	10	9	1

■ suscitado no T.R.T.

= PROCESSOS ENVIADOS À EXECUÇÃO =

E S P E C I E S	J. C. J. da CAPITAL	J. C. J. do INTERIOR	JUÍZOS	T O T A L
Recursos	999	326	476	1.801
Agravos de petição	131	39	13	183
Agravos de instrumento	27	17	12	56
Cartas de sentença	51	19	11	81
Conflitos	7	2	7	16
Agravos de instrumento em re- cursos (T.S.T.)	90	20	4	114
Agravos de instrumento em agravos de petição (T.S.T.)	7	-	-	7
Agravos de instrumento jul- gados deserto (T.R.T.)	-	-	-	-
Ação rescisória	-	-	-	-
Agravos de instrumento em agravos de petição (T.R.T.)	2	-	-	2
T O T A L	1.314	423	523	2.260

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2^a REGIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

= SECRETARIA - DADOS DIVERSOS =

<u>"SEÇÃO DE PROCESSOS"</u>	ANO - 1.956	ANO - 1.957
Acórdãos publicados	1.797	2.558
Cartas de sentença	74	70
Certidões	2.238	2.761
Editais de Acórdãos	329	465
Editais de Pautas	138	138
Notificações	3.399	4.133
Traslados	91	64
Custas de certidões (em sêlos)	R\$ 100.920,50	R\$ 66.214,30
Custas processuais (em sêlos)	R\$ 96.620,90	R\$ 65.494,40
Custas traslados (em sêlos)	R\$ 29.985,40	R\$ 26.571,40
<u>"SEÇÃO ADMINISTRATIVA"</u>		
Circulares à J.C.J.	15	9
Ofícios expedidos	2.076	2.595
Papeis protocolados	4.488	6.044
Atos da Presidência	181	187
Portarias da Presidência	314	462
Telegramas	192	254
Mensagens	8	1
Concorrências Administrativas	2	14
Concorrências Públicas	-	1
Coletas de Preços	-	4

= MOVIMENTO DA CONTADORIA - 1.957 =

Processos recebidos das J.C.J.	933
Processos devolvidos ás Juntas de origem (com 1.318 reclamantes)	933
<u>CONDENAÇÃO</u>	
Principal	R\$ 26.526.869,90
Juros de mora	R\$ 2.615.364,40
<u>CUSTAS PROCESSUAIS</u>	
Custas	R\$ 909.952,00
Custas de cálculo	R\$ 19.593,00
TOTAL GERAL	<u>R\$ 30.071.779,30</u>

QUADRO GERAL COMPARATIVO (MENSAL e ANUAL) DAS RECLAMAÇÕES ENTRADAS E DISTRIBUIDAS NO PERÍODO DE

1941 a 1957

= S E D E =

MÊS E S	A N O S																		T O T A L das recla- mações entradas desde a instala- ção da Justiça do Trabalho, até 31 de Dezembro de 1957
	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957		
JANEIRO.....	-	323	185	469	925	740	1216	804	800	1092	805	1160	1605	1680	2169	2112	2880		
FEVEREIRO.....	-	154	365	350	506	806	869	738	785	891	794	1108	1362	1711	2081	2131	2718		
MARÇO.....	-	275	485	581	755	753	768	773	1059	1120	984	1372	1695	1854	2488	2171	2618		
ABRIL.....	-	353	439	458	556	738	817	764	780	859	1049	1151	1149	1543	1993	2181	2766		
MAIO.....	-	261	344	420	785	682	945	693	862	1108	1040	1316	1593	1552	2098	1934	2489		
JUNHO.....	-	172	346	508	978	565	761	720	801	817	983	1219	1666	1544	2044	1835	2287		
JULHO.....	(+) 405	428	243	466	762	602	872	732	846	860	904	1420	1829	1727	1984	1916	2715		
AGOSTO.....	728	602	356	590	627	676	784	692	923	758	1227	1229	1579	1877	2075	2168	2564		
SETEMBRO.....	953	409	361	624	560	652	681	562	880	774	936	1392	1533	1891	1973	2195	2247		
OUTUBRO.....	1789	503	327	871	632	717	750	751	910	809	1086	1378	1649	1801	1742	2644	2270		
NOVEMBRO.....	729	427	314	512	535	690	564	705	827	773	1051	1250	1580	1902	1899	2196	2151		
DEZEMBRO.....	641	172	373	578	517	755	579	690	976	723	978	1239	1603	1997	1821	1556	2257		
TOTAL.....	5245	4059	4136	6427	8028	8377	9636	8714	10449	10564	11837	15234	19143	21079	24367	25039	29962	222.193	

(+) A partir do dia 3, quando começou a funcionar a Justiça do Trabalho

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS E RECLAMAÇÕES DISTRIBUIDAS

NO ANO DE 1957 = S E D E =

JUNTAS	ORIGEM						TOTAL DAS JUNTAS	
	Departamento Jurídico do Estado		Procuradorias Regionais de Trabalho		Cartas Precatórias			
					DO PÚBLICO			
	Proc.	Recl.	Proc.	Recl.	Proc.	Recl.	Proc.	
PRIMEIRA	-	-	4	1	32	40	511	
SEGUNDA	-	-	5	3	32	38	305	
TERCEIRA	-	-	6	6	31	37	319	
QUARTA	-	-	5	5	31	41	328	
QUINTA	1	1	4	4	31	70	290	
SEXTA	-	-	5	5	32	55	338	
SÉTIMA	-	+	3	3	31	35	335	
OITAVA	-	-	4	4	31	200	329	
NONA	-	-	2	2	32	96	328	
DÉCIMA	-	-	6	6	31	38	339	
DÉC. PRIMEIRA	-	-	10	10	58	97	577	
DÉC. SEGUNDA	-	-	6	6	58	273	628	
DÉC. TERCEIRA	-	-	3	4	58	60	723	
DÉC. QUARTA	-	-	5	5	56	75	692	
DÉC. QUINTA	-	-	3	3	58	81	649	
DÉC. SEXTA	-	-	4	4	58	137	710	
DÉC. SÉTIMA	1	1	4	4	58	111	746	
DÉC. OITAVA	-	-	5	5	57	75	708	
DÉC. NONA	-	-	6	6	56	98	693	
TOTAL GERAL.....	2	2	88	89	831	1652	9346	
							19681	
							19695	
							22359	
							29962	
							43783	

OBSERVAÇÕES: A diferença e mais que se nota a partir da 11a. Junta, é motivada pela execução da Portaria nº 24, de 22 de Janeiro de 1957, do Sr. Presidente do TRT, que determinou a sustação de distribuições as 1a. à 10a. Juntas, a partir do mesmo mês, e restabelecida em 25 de Abril de 1957, pela Portaria 175, de 17 do mesmo mês de Abril.-

JUSTIÇA DO TRABALHO = 2^a REGIÃO

DISTRIBUIÇÃO - SANTOS

= RECLAMAÇÕES ENTRADAS E DISTRIBUIDAS EM 1.957 =

O R I G E M	1 ^a J. C. J.		2 ^a J. C. J.		T O T A L	
	rtes.	procs.	rtes.	procs.	rtes.	procs.
Divisão Regional do Trabalho- Ministério do Trabalho	43	40	46	46	89	86
Dept. Jurídico do Estado	-	-	-	-	-	-
Cartas Precatórias	42	20	20	20	62	40
Escritas	1.033	445	499	344	1.532	789
Verbais	797	797	882	882	1.679	1.679
T O T A L	1.915	1.302	1.447	1.292	3.362	2.594

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2^a REGIÃO
MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM 1. 9 5 7
ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO

= PROCESSOS E RECLAMANTES EM 1.957 =

J U N T A S	Processos que passaram para 1.957	Processos entrados em 1.957	Total de processos em 1.957	Total de reclamantes em 1.957
1 ^a JUNTA	1.484	1.162	2.646	11.104
2 ^a JUNTA	934	1.157	2.091	2.761
3 ^a JUNTA	994	1.161	2.155	4.474
4 ^a JUNTA	1.504	1.158	2.662	3.778
5 ^a JUNTA	1.398	1.159	2.557	5.488
6 ^a JUNTA	1.820	1.152	2.972	4.542
7 ^a JUNTA	790	1.154	1.944	2.439
8 ^a JUNTA	894	1.152	2.046	2.978
9 ^a JUNTA	1.072	1.157	2.229	2.910
10 ^a JUNTA	807	1.145	1.952	3.165
* 11 ^a JUNTA	-	2.049	2.049	3.109
* 12 ^a JUNTA	-	2.046	2.046	3.372
* 13 ^a JUNTA	-	2.047	2.047	4.549
* 14 ^a JUNTA	-	2.061	2.061	2.781
* 15 ^a JUNTA	-	2.060	2.060	2.722
* 16 ^a JUNTA	-	2.040	2.040	3.295
* 17 ^a JUNTA	-	2.049	2.049	2.872
* 18 ^a JUNTA	-	2.049	2.049	2.785
* 19 ^a JUNTA	-	2.040	2.040	3.037
CAMPINAS	91	1.127	1.218	1.809
CUIABÁ	4	88	92	95
CURITIBA	228	1.761	1.989	2.299
JUNDIAÍ	104	1.004	1.108	2.167
1 ^a SANTOS	410	1.304	1.714	3.012
2 ^a SANTOS	326	1.292	1.618	2.047
*** SÃO CAETANO DO SUL	-	765	765	2.554
SANTO ANDRÉ	707	1.273	1.980	11.574
SOROCABA	119	720	839	1.726
**** RIBEIRÃO PRETO	-	756	756	1.557
T O T A I S	13.686	40.088	53.774	101.001

* Dados a partir de 2 de janeiro, data da instalação das Juntas.

** Dados a partir de 17 de abril, data da instalação da Junta.

*** Dados a partir de 19 de março, data da instalação da Junta.

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM 1.957
ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO

= PROCESSOS SOLUCIONADOS EM 1.957 =

J U N T A S	Processos solucionados -	Nº de rectes. dos processos solucionados.	Processos por solucionar -	Nº de rectes. dos processos por solucionar
1ª JUNTA	1.673	3.495	973	7.709
2ª JUNTA	1.532	1.986	581	825
3ª JUNTA	2.540	4.079	190	2.028
4ª JUNTA	1.785	2.548	848	1.135
5ª JUNTA	1.998	3.774	559	1.717
6ª JUNTA	2.018	3.299	954	1.244
7ª JUNTA	1.883	2.347	61	92
8ª JUNTA	1.710	2.317	305	459
9ª JUNTA	1.623	2.331	425	510
10ª JUNTA	1.512	1.962	410	1.212
11ª JUNTA	1.699	2.462	362	663
12ª JUNTA	1.716	2.270	330	2.128
13ª JUNTA	1.745	3.735	244	754
14ª JUNTA	1.740	2.287	279	476
15ª JUNTA	1.991	2.550	69	172
16ª JUNTA	1.769	2.839	342	453
17ª JUNTA	1.697	2.161	352	711
18ª JUNTA	1.795	2.399	254	579
19ª JUNTA	1.854	2.682	186	355
CAMPINAS	1.100	1.568	127	241
CUIABÁ	88	91	4	4
CURITIBA	1.821	1.973	168	326
JUNDIAÍ	997	1.719	111	448
1ª SANTOS	1.614	2.492	100	520
2ª SANTOS	1.157	1.488	461	559
3ª SÃO CAETANO DO SUL	674	1.703	91	851
SANTO ANDRÉ	1.555	4.487	425	6.727
SOROCABA	671	1.129	168	597
4ª RIBEIRÃO PRETO	529	1.120	227	437
T O T A I S	44.486	69.293	9.606	33.932

** Dados a partir de 15 de janeiro, data do início das audiências.

*** Dados a partir de 2 de maio, data do início das audiências.

**** Dados a partir de 13 de maio, data do início das audiências.

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2^a REGIÃO
 MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM 1.957
 ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO

= CUSTAS NOS PROCESSOS DE 1.957 =

J U N T A S	CUSTAS IMPOSTAS (em Cr\$)	CUSTAS RECEBIDAS (em Cr\$)
1 ^a JUNTA	846.344,40	445.573,80
2 ^a JUNTA	590.140,40	346.382,40
3 ^a JUNTA	628.769,50	321.386,90
4 ^a JUNTA	830.505,40	234.897,20
5 ^a JUNTA	979.184,00	647.947,20
6 ^a JUNTA	1.037.006,00	450.427,10
7 ^a JUNTA	675.091,20	444.217,10
8 ^a JUNTA	418.711,20	315.500,90
9 ^a JUNTA	388.023,20	156.816,30
10 ^a JUNTA	519.071,40	290.341,90
11 ^a JUNTA	477.161,40	156.538,80
12 ^a JUNTA	925.257,90	159.620,50
13 ^a JUNTA	695.537,80	409.318,30
14 ^a JUNTA	891.053,50	249.824,40
15 ^a JUNTA	996.040,40	260.708,30
16 ^a JUNTA	944.783,10	324.744,20
17 ^a JUNTA	648.883,80	237.387,80
18 ^a JUNTA	459.964,20	238.387,10
19 ^a JUNTA	728.630,70	196.322,40
CAMPINAS	559.929,40	209.915,10
CUIABÁ	26.630,30	11.900,70
CURITIBA	259.373,80	189.552,50
JUNDIAÍ	447.585,90	240.863,20
1 ^a SANTOS	747.977,40	341.574,60
2 ^a SANTOS	387.739,50	127.365,40
SÃO CAETANO DO SUL	753.475,60	106.255,00
SANTO ANDRÉ	682.363,70	458.110,00
SOROCABA	302.776,30	158.448,80
RIBEIRÃO PRETO	461.170,80	66.057,30
T O T A I S	18.309.182,20	7.796.358,20

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
 MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM 1.957
 ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO

= PAUTAS, ADIAMENTOS E DILIGÊNCIAS EM 1.957 =

J U N T A S	Processos em - pauta	Nº de rectes. dos processos em pauta	Adiamentos e Diligências	
			processos	. reclamantes
1ª JUNTA	2.646	11.104	973	7.709
2ª JUNTA	2.947	5.436	1.547	3.439
3ª JUNTA	3.227	5.556	361	361
4ª JUNTA	3.045	4.809	1.180	2.150
5ª JUNTA	3.558	6.388	1.560	2.614
6ª JUNTA	1.472	4.543	1.113	2.238
7ª JUNTA	2.379	3.392	437	841
8ª JUNTA	2.874	4.377	1.087	1.938
9ª JUNTA	2.617	4.070	975	1.617
10ª JUNTA	2.464	3.446	839	1.319
■ 11ª JUNTA	2.719	4.681	1.085	2.330
■ 12ª JUNTA	2.740	7.260	1.067	5.137
■ 13ª JUNTA	2.666	7.006	809	3.098
■ 14ª JUNTA	2.532	3.838	706	1.447
■ 15ª JUNTA	2.516	3.561	619	1.127
■ 16ª JUNTA	2.782	4.634	959	1.465
■ 17ª JUNTA	2.535	3.982	927	1.821
■ 18ª JUNTA	2.524	4.090	946	1.903
■ 19ª JUNTA	2.384	4.188	550	1.191
CAMPINAS	1.645	2.755	535	1.182
CUIABÁ	88	91	45	45
CURITIBA	2.818	3.110	997	1.137
JUNDIAÍ	1.525	2.933	531	1.220
1ª SANTOS	2.098	3.771	486	486
2ª SANTOS	1.789	3.864	631	2.373
■■ SÃO CAETANO DO SUL	826	4.487	222	2.125
SANTO ANDRÉ	2.493	13.816	941	8.972
SOROCABA	1.430	3.285	747	2.156
■■■ RIBEIRÃO PRETO	960	2.194	430	1.000
T O T A I S	66.299	136.667	22.305	64.441

■ Dados a partir de 15 de janeiro, data do início das audiências.

■■ Dados a partir de 2 de maio, data do início das audiências.

■■■ Dados a partir de 13 de maio, data do início das audiências.

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM 1.957
ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO

= DECISÕES PROFERIDAS - (1) =

JUNTAS	Conciliações			Procedentes			Procedentes em parte			TOTAL EM Cr\$
	Procs.	Rects.	Valor em Cr\$	Procs.	Rects.	Valor em Cr\$	Procs.	Rects.	Valor em Cr\$	
1ª JUNTA	258	374	4.582.402,30	260	757	6.628.335,30	110	345	4.782.260,70	15.992.998,30
2ª JUNTA	348	415	1.862.192,60	168	240	3.028.696,00	102	124	1.829.002,40	6.719.891,00
3ª JUNTA	540	808	4.093.046,60	464	793	8.819.653,40	410	1.108	5.016.315,70	17.929.015,70
4ª JUNTA	324	435	2.815.832,00	227	447	5.026.840,40	54	77	1.259.989,30	9.102.661,70
5ª JUNTA	434	492	3.787.157,50	178	265	4.278.779,10	98	132	3.943.606,80	12.009.543,40
6ª JUNTA	391	474	4.269.165,90	233	372	4.840.341,20	110	223	2.559.280,50	11.668.787,60
7ª JUNTA	472	533	3.746.379,30	232	337	7.398.829,70	54	83	1.999.775,20	13.144.984,20
8ª JUNTA	447	596	3.889.117,40	259	427	6.549.289,50	40	92	1.669.671,50	12.108.078,40
9ª JUNTA	372	490	2.754.051,50	133	166	2.654.346,20	44	127	732.579,30	6.140.977,00
■ 10ª JUNTA	356	437	2.550.325,10	186	266	4.652.834,00	82	98	1.884.725,50	9.087.884,60
■ 11ª JUNTA	366	554	4.644.826,50	209	335	5.331.710,80	53	22	961.044,50	10.937.581,90
■ 12ª JUNTA	428	555	4.686.005,30	199	295	5.674.493,20	26	60	888.084,80	11.248.583,30
■ 13ª JUNTA	463	673	6.936.951,90	244	1.251	8.031.600,00	98	453	6.282.912,30	21.251.464,20
■ 14ª JUNTA	489	591	6.895.865,40	258	341	6.031.630,60	82	143	3.269.835,00	16.197.331,00
■ 15ª JUNTA	623	771	5.106.746,20	302	416	6.260.370,20	49	52	654.308,00	12.021.424,40
■ 16ª JUNTA	397	602	3.389.428,60	263	353	7.351.043,00	113	159	3.946.514,20	14.686.985,80
■ 17ª JUNTA	293	372	2.892.292,45	257	369	2.367.039,34	78	94	418.770,80	5.678.102,59
■ 18ª JUNTA	556	760	6.856.118,20	189	327	6.080.370,20	52	62	707.676,00	13.644.164,40
■ 19ª JUNTA	576	772	5.131.011,70	196	340	6.523.727,70	53	162	845.259,70	12.499.935,10
CAMPINAS	476	583	4.385.050,20	187	370	5.717.164,80	50	73	1.558.701,30	11.660.916,30
CUIABÁ	36	36	198.182,40	24	24	436.662,20	14	16	174.826,10	809.670,70
CURITIBA	1.049	1.111	9.713.976,00	119	134	2.274.167,00	113	126	1.943.561,20	13.931.704,20
JUNDIAÍ	599	895	5.759.834,60	95	203	1.548.900,50	59	218	1.508.337,00	8.817.072,10
1ª SANTOS	505	565	3.130.681,20	255	461	4.898.018,42	51	74	898.960,90	8.927.660,52
2ª SANTOS	264	276	1.707.094,70	156	172	1.955.434,70	83	84	340.629,00	4.003.158,40
■■ SÃO CAETANO DO SUL	259	412	3.287.894,90	80	423	1.283.606,80	17	59	218.953,30	4.790.455,00
SANTO ANDRÉ	380	479	3.773.776,40	251	748	5.984.134,90	44	82	579.288,80	10.337.200,10
SOROCABA	245	318	1.771.783,00	76	92	1.043.468,70	79	388	1.370.546,50	4.185.798,20
■■■ RIBEIRÃO PRETO	128	244	1.629.935,00	38	73	576.785,90	40	104	1.083.472,80	3.290.193,70
	12.074	15.623	116.247.124,85	5.738	10.797	133.248.273,76	2.258	4.840	53.328.889,10	302.824.223,81

■ Dados a partir de 15 de janeiro, data do início das audiências.

■■ Dados a partir de 2 de maio, data do início das audiências.

■■■ Dados a partir de 13 de maio, data do início das audiências.

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM 1.957
ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO

= DECISÕES PROFERIDAS - (2) =

J U N T A S	Improcedentes e Prescritos			Não conhecidos, arquivados e desistências			T O T A L EM Cr\$	Incompetência da Junta		Homologação de demissão	
	Procs.	Rects.	Valor em Cr\$	Procs.	Rects.	Valor em Cr\$		Procs.	Rects.	Procs.	Rects.
1ª JUNTA	275	491	6.384.203,10	684	1.387	1.102.000,40	7.486.203,50	4	5	23	23
2ª JUNTA	186	299	3.522.998,70	464	638	5.621.883,50	15.864.773,20	3	3	22	22
3ª JUNTA	295	382	3.841.588,40	759	901	8.748.801,00	12.590.389,40	5	5	30	30
4ª JUNTA	160	137	3.478.651,20	825	1.118	8.635.035,10	12.113.687,30	-	-	25	29
5ª JUNTA	174	316	3.552.859,30	1.024	2.453	8.798.566,50	12.351.425,80	1	1	25	25
6ª JUNTA	229	311	4.210.533,60	951	1.304	12.475.794,70	16.686.328,30	6	6	24	24
7ª JUNTA	145	254	3.842.708,40	993	1.243	1.697.590,50	5.540.298,90	1	1	25	34
8ª JUNTA	118	149	1.813.909,50	805	1.004	8.115.465,10	9.929.374,60	2	2	19	19
9ª JUNTA	147	192	1.844.662,10	821	1.243	2.602.594,20	4.447.256,30	-	-	19	30
10ª JUNTA	172	239	4.223.110,20	673	802	6.731.007,50	10.837.294,48	-	-	21	24
11ª JUNTA	127	330	2.990.297,00	835	1.000	8.493.735,70	11.484.032,70	-	-	34	36
12ª JUNTA	100	119	1.606.797,20	827	1.064	11.238.757,30	12.845.554,50	1	1	33	34
13ª JUNTA	197	404	3.598.023,00	691	889	9.922.532,20	13.520.555,20	3	3	38	50
14ª JUNTA	141	206	1.689.245,70	689	878	8.151.916,80	9.841.162,50	2	2	31	32
15ª JUNTA	137	168	2.294.820,10	744	978	12.033.226,40	14.328.046,50	8	11	33	38
16ª JUNTA	189	247	2.510.891,10	483	1.087	6.000.434,80	10.086.575,00	5	9	36	37
17ª JUNTA	225	288	1.366.278,64	647	791	4.210.221,64	11.254.602,93	6	6	31	34
18ª JUNTA	213	291	2.752.531,20	665	833	10.877.025,10	13.629.556,30	5	5	36	36
19ª JUNTA	124	246	2.620.052,00	780	982	8.717.341,35	11.337.393,35	3	3	53	53
CAMPINAS	124	225	3.341.701,30	215	266	2.438.409,60	5.780.110,90	4	5	38	40
CUIABÁ	4	4	219.995,40	4	4	33.429,70	253.425,10	2	2	-	-
CURITIBA	134	155	2.518.255,90	342	380	3.589.866,40	6.108.122,30	24	25	29	31
JUNDIAÍ	64	128	1.709.514,00	111	201	1.249.178,40	2.958.692,40	6	8	49	49
1ª SANTOS	137	371	1.885.544,42	579	890	8.984.440,98	10.869.985,40	19	28	17	31
2ª SANTOS	184	375	2.086.911,40	528	533	2.543.351,60	4.630.263,00	8	14	14	14
III SÃO CAETANO DO SUL	105	339	1.216.436,80	171	429	2.265.864,90	3.482.121,70	-	-	21	21
SANTO ANDRÉ	129	2.621	2.540.409,60	506	622	5.641.013,80	8.181.423,40	76	152	29	29
SOROCABA	76	80	997.997,10	169	221	2.386.311,10	3.384.398,20	1	1	6	6
**** RIBEIRÃO PRETO	116	200	8.120.593,90	196	487	5.541.303,30	13.661.897,20	8	9	1	1
T O T A L	4.757	9.567	82.781.520,26	17.181	24.628	178.847.099,57	275.484.860,36	203	307	762	832

** Dados a partir de 15 de janeiro, data do início das audiências.

*** Dados a partir de 2 de maio, data do início das audiências.

**** Dados a partir de 13 de maio, data do início das audiências.

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM
ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO

1. 957

= DECISÕES PROFERIDAS - (3) =

JUNTAS	Inqueritos Judiciais								Confl.Jur.		Rem.a outros Orgãos		Julg. de infrações		Recursos de Embargos					
	Conciliados		Procedentes		Improc.		Arquivados		Proc.	Proc.	Proc.	Rte.	Proc.	Rte.	Proc.	Proc.	Aceitos	Aceitos/parte.	Rejeitados	
	Proc.	Rte.	Proc.	Rte.	Proc.	Rte.	Proc.	Rte.	TRT	STF	Proc.	Rte.	Proc.	Rte.	Proc.	Proc.	Proc.	Rte.	Proc.	Rte.
1ª JUNTA	-	-	4	4	5	10	4	5	1	-	17	60	14	14	14	18	11	13	129	280
2ª JUNTA	1	2	5	5	3	4	2	2	1	-	7	7	50	50	10	20	7	7	72	108
3ª JUNTA	10	10	6	6	7	7	1	1	1	-	13	15	-	-	30	30	4	4	94	94
4ª JUNTA	2	3	6	6	3	3	2	2	-	-	4	5	48	48	18	18	6	6	107	107
5ª JUNTA	-	-	9	9	7	7	1	1	-	-	15	23	-	-	11	11	9	9	87	87
6ª JUNTA	4	5	4	5	10	11	4	4	2	-	18	514	34	46	9	9	1	1	106	117
7ª JUNTA	1	1	7	7	6	10	2	2	-	-	9	9	-	-	10	3	3	2	4	10
8ª JUNTA	3	9	1	1	2	2	2	2	-	-	12	14	-	-	6	6	2	2	69	69
9ª JUNTA	1	7	2	2	2	2	1	1	-	-	30	79	-	-	4	4	1	1	59	59
10ª JUNTA	3	3	4	4	1	1	-	-	-	-	14	88	-	-	72	72	6	6	87	87
11ª JUNTA	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	10	10	29	29	9	9	21	21	1	1
12ª JUNTA	1	1	3	3	-	-	-	-	1	-	21	24	26	26	8	9	3	3	22	22
13ª JUNTA	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	9	10	-	-	8	8	1	1	103	103
14ª JUNTA	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	7	40	45	-	12	12	1	1	83	83
15ª JUNTA	1	1	4	4	-	-	1	1	-	-	11	11	-	-	7	10	1	1	63	78
16ª JUNTA	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	9	15	69	-	7	7	5	5	68	68
17ª JUNTA	1	1	-	-	-	-	1	1	-	-	12	20	72	-	9	9	-	-	67	67
18ª JUNTA	-	-	2	2	1	1	-	-	-	-	13	14	-	-	7	8	-	-	43	61
19ª JUNTA	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	10	23	-	-	2	2	1	1	61	61
CAMPINAS	2	2	2	2	-	-	2	2	1	-	-	-	-	-	10	10	76	76	3	3
CUIABÁ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CURITIBA	6	6	2	2	1	1	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	15	15
JUNDIAÍ	5	5	7	9	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	2	28	80
1ª SANTOS	4	4	6	6	5	6	2	2	-	-	4	4	8	-	3	3	1	1	52	52
2ª SANTOS	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	19	19	-	-	2	2	1	1	36	36
SÃO CAETANO DO SUL	-	-	3	3	-	-	1	1	-	-	40	9	-	-	3	3	3	3	21	56
SANTO ANDRÉ	6	6	6	6	5	5	4	4	-	-	71	250	-	-	4	4	2	2	64	64
SOROCABA	-	-	6	6	4	5	10	11	-	-	1	1	-	-	3	3	3	3	29	29
RIBEIRÃO PRETO	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-1	1	-	-	2	5	-	-	9	9
	53	68	96	99	64	78	40	42	7	1	389	1.267	395	213	281	306	170	172	1.582	1.906

■ Dados a partir de 15 de janeiro, data do início das audiências.

■■ Dados a partir de 2 de maio, data do início das audiências.

■■■ Dados a partir de 13 de maio, data do início das audiências.